



## AS REPRESENTAÇÕES DA HOMOSSEXUALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Vicente William da Silva Darde<sup>1</sup>

No entendimento de que o jornalismo contribui para a construção da realidade e que dessa forma atua no partilhamento e reprodução de valores relacionados com a normatividade vigente, parte-se da hipótese de que o mesmo contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade, indiretamente trabalhando para a manutenção do *status quo*. É importante ressaltar que não se trata de pensar o jornalismo de forma maniqueísta, mas sim na perspectiva de compreender as notícias como resultado das imbricações do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido. A cultura é compreendida neste estudo como o conjunto de regras, hábitos, costumes e valores de cada sociedade, histórica e permanentemente em transformação.

No cotidiano, os produtos jornalísticos permeiam a vida social servindo como fonte de produção e intercâmbio de significados, o que se relaciona diretamente com a cultura. Tal importância se dá fundamentalmente porque são “os significados culturais [...] que organizam e regulam as práticas culturais, influenciam nossas condutas e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997, p.2).

Um dos pressupostos da atividade jornalística é o de fornecer o maior número de informações possíveis acerca de um fato para que o público tire suas próprias conclusões. Esse processo, que pode ser entendido como desnaturalização a partir do distanciamento do jornalista em relação ao fato, entra em choque com a constante naturalização das rotinas de produção dentro das redações.

Os fatos imediatos do cotidiano transformados em notícia ainda são compreendidos no imaginário coletivo como “naturais”, e não socialmente construídos através dos múltiplos discursos. Essa perspectiva condiciona também a forma como os indivíduos e os comportamentos são compreendidos pelo jornalismo, ou seja, numa perspectiva essencialista e universalizante que não leva em conta os processos culturais historicamente construídos nas sociedades, tomando-os sempre pelo viés da “natureza”. Este viés se fundamenta em perspectivas do pensamento psico-biomédico, via de regra, utilizado para dar conta de fenômenos sociais.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
E-mail: vicentedarde@terra.com.br.



Essa perspectiva naturalizante dos sujeitos e dos comportamentos sociais por parte do jornalismo é o eixo que norteia a construção de sentidos sobre a representação das relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Mais do que isso, ela se funda num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade.

Por heteronormatividade, entende-se

[...] a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais. (CALEGARI, 2006)

Além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, a heteronormatividade hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos sócio-afetivos e familiares, à sexualidade e às relações de poder. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos estarem fundados os valores-notícia responsáveis pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos, indivíduos e grupos na sociedade pela mídia.

Buscamos nesse estudo teórico problematizar se há espaços no jornalismo, diante das características que marcam o processo de construção da notícia, para representações de valores identitários distintos e plurais. A necessidade de representar o pluralismo identitário e a diversidade cultural é fundamental para uma reflexão sobre as formas de inclusão e de exclusão em democracia e, conseqüentemente, para compreender a função integradora e socializadora do jornalismo.

A questão que se coloca é a de saber se a tendência de sintonia com o discurso hegemônico na sociedade é um obstáculo que estrutura o campo jornalístico, de uma forma que dificulte as possibilidades dessa representação plural. Será que a linguagem jornalística é um espaço de prolongamento e de reprodução das formas de dominação social ou pode constituir-se também como lugar de afirmação de pluralidades e de resistência à dominação? Será que a linguagem da representação midiática permite o dizer de outro modo, ou está fatalmente associada à produção de estereótipos e à sintonia com um discurso monofônico de manutenção do padrão hegemônico?

#### *A construção do discurso jornalístico*

É impossível constatar os fatos sem os interpretar. No jornalismo, a verdade passa por uma reconstrução, que permite contextualizar os fatos, proceder ao seu encadeamento, procurar as suas causas e apresentá-los na sua coerência. Como indica Cornu (1999), na prática informativa é ilusório separar a discussão do acontecimento da discussão sobre o seu significado. Logo existem



potencialmente muitas possibilidades de reconstrução possíveis da realidade. Porém, tal aspecto não impede que a intenção de objetividade faça também parte como elemento orientador da reconstrução e da interpretação.

Na intrínseca relação jornalismo-formação de valores, certamente a notícia (principal produto jornalístico) é o elo capaz de revelar esta imbricação. Ao refletir na perspectiva da notícia como uma construção social infere-se que há um conjunto de elementos fundamentais para que um “fato” adquira o status de notícia. Segundo Wolf,

[...] a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (2003, p.190)

A definição de Wolf (2003) sobre a noticiabilidade indica claramente que há um processo de escolha, o qual demonstra que

a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido — são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade”. (CAREY<sup>2</sup> apud TRAQUINA, 2001, p.87)

Esse processo complexo, que transforma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias) tem a ver com um conjunto de requisitos que devem necessariamente “fazer sentido” tanto aos órgãos de informação quanto aos profissionais (os jornalistas).

Para compreender a construção da notícia, nos filiamos às teorias construcionistas, que trazem o próprio *ethos*<sup>3</sup> jornalístico, o lugar onde as notícias são produzidas, como um elemento fundante, e no centro desse *ethos*, o jornalista se destaca. De acordo com Traquina, as teorias construcionistas “reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos [...]” (2001, p.86). Wolf compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (2003, p.190).

Tuchman (1983) mostra como o trabalho quotidiano de apuração e de produção de notícias pode ser entendido como uma questão de rotinização do imprevisto. Sendo uma profissão associada ao conceito comum de “novidade”, é também uma atividade que se serve de numerosas estratégias para controlar a proliferação do que é novo. Como parte do processo de criação de rotinas, os

---

<sup>2</sup> CAREY, J. (1986). The Dark Continent of American journalism. In: Manoff e Schudson (ed.). *Reading the News*. Nova York: Pantheon Books.

<sup>3</sup> A definição de *ethos* aqui adotada acompanha Muniz Sodré, para quem esta palavra “designa tanto a morada quanto as condições, as normas, os atos práticos que o homem repetidamente executa e por isso com ele se acostuma, ao se abrigar num espaço determinado. É a consciência atuante e objetivada de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência- e, portanto instância de regulação das identidades individuais e coletivas” (2006, p.24).



jornalistas usam diferentes categorias e tipificações de forma a reduzir a contingência intrínseca ao trabalho jornalístico.

Neste sentido, quando se fala da construção social da realidade pelo discurso jornalístico, não é para falar de manipulação, mas para dizer que a construção de um significado objetivo é um processo histórico, social e cultural que resulta da intervenção de sujeitos da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais: “Logo, a evidência desta construção não é uma licença para a mentira, a manipulação ou a subversão factual, as quais constituem uma violação dessas expectativas inerentes à produção e recepção dos enunciados jornalísticos” (CORREIA, 2008, p. 22).

A partir de uma abordagem sociocognitiva, geralmente designada por construção social da realidade, utilizamos a ideia de enquadramentos, que surge associada ao mundo da vida quotidiana e às tipificações com que nesse mundo se representam e objetivam as representações da vida social. Todavia, como explica Correia (2008), esta insistência nas representações deve ser associada a uma face do processo comunicacional: a constituição de significados objetivos, os quais não podem ser dissociados dos seus usos e recepções, das suas apropriações e das lutas que se travam em torno do processo de representar, qualificar e categorizar. O traço distintivo que se deve realçar numa abordagem sociocognitiva é a premissa segundo a qual o nosso conhecimento da realidade é também uma construção mental, produto da experiência intersubjetiva vivida quotidianamente.

O nosso conhecimento quotidiano, as doutrinas, representações e raciocínios acerca do mundo social são o produto de uma interação delicada entre estratégias de processamento de informação e processos sócio-culturais de vasta escala. (CORREIA, 2008, p.53)

A análise desenvolvida por Schutz<sup>4</sup> (apud CORREIA, 2008) revela que, no mundo da vida quotidiana, ao nível do senso comum as pessoas aceitam as tipificações como um recurso para evitar a incerteza. Os sujeitos adotam uma atitude pragmática e realista chamada atitude natural. Nesta, a realidade social é apreendida a partir do conhecimento de “receitas” e de comportamentos típicos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade à ordem social.

As estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas acabam por refletir uma espécie de profissionalismo anônimo, no qual se inscreve a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. As rotinas organizacionais instaladas na redação e as interações sociais no interior da comunidade jornalística desempenham um papel relevante na constituição de referências essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social. Assim, Correia (2008) afirma que o relato jornalístico procede ao ato de relatar de

---

<sup>4</sup> SCHUTZ, Alfred (1975). *Collected papers*, the problem of social reality, Vol. I, The Hague: Martinus Nijoff.



acordo com as tipificações negociadas pela comunidade jornalística em sintonia com a pluralidade de dinâmicas sociais em que está inserida.

Há uma predisposição pragmática que aciona a tipificação e o subsequente agir de modo típico com todas as consequências que daí possam resultar numa enorme pressão sobre uma certa dificuldade em representar a estranheza, privilegiando fontes, ângulos e rotinas que sucessivamente se repetem. (CORREIA, 2008, p.65)

Enquanto agente de controle social, as representações noticiosas dotariam as pessoas com as visões e versões da ordem social que obtêm a preferência e com base nas quais os agentes tomam as iniciativas que julgam adequadas (ERICSON, BARANEK e CHAN<sup>5</sup> apud CORREIA, 2008).

Essa influência se torna mais evidente nos casos em que os sujeitos que acessam a notícia não têm contato direto com os protagonistas do texto jornalístico. O jornalismo se torna, dessa forma, um dos principais instrumentos de construção de imagens de identidade e de alteridade. Segundo Alsina (2006), no caso em que não se verifique a existência de fontes alternativas de informação, a sua predominância torna-se esmagadora. Lembramos que os sujeitos usuários das notícias vão interpretá-las também de acordo com mapas culturais específicos, construídos coletivamente e pelas experiências individuais.

#### *Os binarismos de gênero e sexualidade*

Para uma tentativa de compreensão das representações de sujeitos e grupos sociais pelo jornalismo, é importante evidenciar o padrão normativo de comportamento ao qual este discurso está vinculado. O padrão vigente nos países ocidentais considera como legítimas as relações conjugais monogâmicas heterossexuais. Dessa norma segue-se uma infinidade de implicações, dentre as quais se destaca o padrão de arranjos familiares nucleares formado por mulher, homem e filhos e as relações de parentesco baseadas nos laços de sangue.

A esse padrão, muitos estudiosos têm chamado de heteronormatividade, cuja base fundadora é a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003a). Tal heteronormatividade se complexifica quando associada a outros marcadores sociais como raça, cor, orientação sexual, classe e idade, resultando em valores sociais que assumem uma hierarquia, produzindo relações sociais de desigualdade bem como masculinidades, feminilidades, sexualidades e arranjos familiares periféricos (BUTLER 2003b).

Assim, compreendendo o padrão de comportamento normativo das sociedades ocidentais como um padrão heteronormativo, interessa-nos pensar de que maneira o jornalismo contribui para

---

<sup>5</sup> ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia; CHAN, Janet (1991). *Representing order, crime, law and justice in news media*. London: Open University Press.



sua reprodução e manutenção e como o conceito de gênero pode nos ajudar a pensar a heteronormatividade. A categoria gênero é conformada por duas proposições fundamentais: "é o elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p.16).

De acordo com Bonetti (2000), esta definição é fundada em concepções cultural e historicamente situadas, partindo de significantes disponíveis na cultura, que são apropriados e aos quais se lhes atribuem sentido.

O conceito de gênero refere-se aos significados atribuídos a feminilidades e masculinidades, bem como à atribuição de valores empenhados nas mais diversas relações sociais, com potencial de criar relações de desigualdade. São valores hierarquizados socialmente na heteronormatividade.

Criamos uma violência simbólica quando reificamos determinadas características como exclusivas de um gênero específico. O discurso sobre gêneros pode se assumir como uma faceta da violência, por se apresentar como real, natural, binário e hierarquizado (PINTO, 2004).

Para Gomes (2008), as questões importantes para se avançar nesse debate são: não reduzir os estudos sobre sexo e gênero à dicotomia natureza/cultura; evitar a circunscrição do debate de gênero à instância do feminino; e empreender discussões que vão além das diferenças culturais genéricas entre homens e mulheres e das abstrações sociais das relações de gênero, considerando as diversidades produzidas por classe, raça/etnia, geração e orientação sexual. É necessário um olhar plural sobre o masculino, como forma de crítica permanente à tentativa de reduzir a masculinidade a uma categoria que torne os homens homogêneos.

A masculinidade hegemônica – ditada pela heteronormatividade - significa uma posição de autoridade cultural e liderança, mas não é totalmente dominante, uma vez que outras formas de masculinidade persistem ao lado dela. E é hegemônica não exatamente em relação a outras masculinidades, mas em relação à ordem de gênero como um todo (CONNELL, 1995).

Korin (2001) observa que o modelo hegemônico costuma ser visto como o normal, a ponto de muitas pessoas crerem que suas características e as condutas por eles prescritas sejam naturais. Essa naturalização faz com que a masculinidade hegemônica seja percebida como uma manifestação biológica, classificando-se como biologicamente desencaminhados aqueles homens cuja aparência física, inclinação sexual ou conduta destoem do hegemonicamente estabelecido.

O corpo, como diz Louro, serve de ancoragem para a identidade. Observando-o aparentemente, deduz-se identidade de gênero, sexual ou étnica. Essa dedução muitas vezes é



equivocada, pois o processo de identificação e o próprio corpo ultrapassam as marcas biológicas: “Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados” (2000, p. 14).

A manutenção deste padrão normativo de masculinidade não exclui o discurso sobre a homossexualidade<sup>6</sup>, e sim a torna excêntrica, exótica, transformando-a em um “estilo de vida” da minoria da população, reforçando a hegemonia da norma heterossexual. É um discurso discriminatório porque reforça a heteronormatividade também no momento em que leva os homossexuais a quererem aderir a normas e valores entendidos como heterossexuais, como o “casamento” e adoção de crianças. E é justamente a hierarquização desses atributos, associados a outras marcas identitárias tais como classe e raça, que contribui para o estigma dos homossexuais.

Acredita-se que é por meio do entendimento acerca dessa hierarquização que se poderá compreender tanto os valores sociais quanto as concepções de gênero que se constituem na prática jornalística e que acabam contribuindo para a heteronormatização da nossa sociedade, sendo, portanto, fundantes das desigualdades sociais construídas historicamente.

A teoria *queer*<sup>7</sup> vem desconstruindo a oposição binária heterossexualidade/homossexualidade existente dentro do padrão heteronormativo. A teoria se estruturou em torno dos anos 1990, constituída por integrantes com pensamentos diversificados. Esses pensadores partiram da construção discursiva das sexualidades apresentadas por Foucault (1985) e adotaram a proposta de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida.

Como observa Louro (2001, p. 548), a desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Para os teóricos *queer*, a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, onipresente na cultura ocidental moderna, poderia ser efetivamente criticada por meio de procedimentos desconstrutivos. Ao concebermos a sexualidade no plural, estamos reconhecendo as diferenças de orientações ou preferências sexuais, possibilitando que sujeitos diferentes se vejam como interdependentes e não opostos.

### *Considerações finais*

---

<sup>6</sup> A denominação homossexualidade surgiu em meados do século XIX, com propósitos de tratar como doença a não-conformidade sexual, para se referir às relações eróticas entre pessoas do mesmo gênero. A expressão heterossexualidade surgiu um pouco depois.

<sup>7</sup> *Queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado àqueles a quem é dirigido. Este termo é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização. (LOURO, 2001).



O jornalismo, enquanto instância social que pode tanto legitimar quanto silenciar grupos e sujeitos sociais, deve perceber que é determinante na configuração de novos valores em detrimento do ideal hegemônico. A compreensão mais ampla da identidade sexual e da sexualidade, e sua construção histórica, é que pode contribuir para perturbar a tranquilidade da heteronormatividade reproduzida na sociedade. Porém, empresas de comunicação e jornalistas, partícipes da cultura da sociedade, ainda produzem discursos que tendem a dar seguimento à normatividade vigente, e com isso, contribuem para processos discriminatórios relativos às diferentes sexualidades.

O processo de representação não é um produto unilateral de uma decisão formulada com base numa rede simples de esquemas cognitivos que permitem construir a realidade. O processo de construção do discurso é um processo de mediação onde se repercutem, em última instância, estes interesses, lógicas e formas de racionalidade. A construção de sentidos sobre as relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea, por parte das instituições sociais, não pode se basear no estímulo apenas da tolerância e do respeito.

Entendemos que na rotina diária da produção jornalística há vários constrangimentos, de tempo e espaço, que acabam contribuindo para o enquadramento dessa problemática de forma simplificada, atendendo ao senso comum e contribuindo para a permanência do *status quo*. Neste contexto, a mídia é preponderante para dar voz e visibilidade às minorias que buscam o direito de se representar, e não ser representado pelos grupos dominantes.

A busca pelo reconhecimento social de múltiplas identidades sexuais será bem sucedida quando os meios de comunicação, reconhecidos como instituições que legitimam as práticas culturais e constroem o imaginário coletivo sobre as relações sociais, transformarem o caráter arbitrário da cultura dominante na sociedade brasileira em culturas paralelas entendidas como diversidade. Neste sentido a construção da identidade de cidadão brasileiro fica prejudicada, principalmente quando essa identidade é atravessada pela homossexualidade, entendida como fora da norma hegemônica vigente.

É diante deste contexto que este estudo teórico instiga-nos a buscar uma investigação das estratégias discursivas de forma empírica dos textos jornalísticos para um entendimento mais aprofundado das representações sobre as masculinidades construídas pelo jornalismo.

### *Referências*

ALSINA, Miquel Rodrigo (2006). El Periodismo ante el reto de la inmigración. In: BASTIDA, Manuel Laurio (Coord.). *Medios de Comunicación y inmigración*. Murcia: Obras Socialies.



- BONETTI, Alinne (2000). *Entre Feministas e Mulheristas: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas e Filosofia. Florianópolis: UFSC.
- BUTLER, Judith (2003a). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2003b). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu – Olhares alternativos*. 2003b.
- CALEGARI, Lizandro (2006). A mulher no Cinema Brasileiro e a tentativa de afastamento da heteronormatividade: uma leitura de Dona Flor e seus dois maridos. *Revista Literatura e Autoritarismo: Cinema, música e história*. n° 7. Jan-jun. Disponível em: <[http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num07/art\\_01.php](http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num07/art_01.php)>. Acesso em: 14 de jun. 2008.
- CONNELL, Robert William (1995). *La organización social de la masculinidad*. Disponível em: <[www.hombresigualdad.com/organizaci%C3%B3n\\_social\\_masculinidad.pdf](http://www.hombresigualdad.com/organizaci%C3%B3n_social_masculinidad.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- CORNU, Daniel (1999). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, D.L.
- CORREIA, João Carlos (2008). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso - Notas sobre Jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- FOUCAULT, Michael (1985). *História da sexualidade*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal.
- GOMES, Romeu (2008). *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- HALL, Stuart (1997). The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/The Open University.
- KORIN, Daniel (2001). Novas perspectivas de gênero em saúde. *Revista Adolescência Latino-americana*. n.2, v.2, p. 67-79.
- LOURO, Guacira Lopes (2000). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Vol. 9, n.2, p.541-553.
- \_\_\_\_\_. (2001). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. In: VEIGA-NETO, Alfredo (et al.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A.
- PINTO, Joana Plaza (2004). Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: Eliane. Gonçalves (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências*. Goiânia: Grupo Transas do Corpo.
- SCOTT, Joan (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 16, n. 2, p. 5-22.
- SODRÉ, Muniz (2006). Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Denis. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 19-31.
- TRAQUINA, Nelson (2001). *O estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.



TUCHMAN, Gaye (1983). *La producción de la noticia*. Barcelona: Gili.

WOLF, Mauro (2003). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.